



COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO
Conselho Fiscal

RUA BARÃO DE ITAPETININGA, 18 - Bairro República - São Paulo/SP - CEP
01042-000

Telefone: 3396-8193

ATA Nº 631. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET. Em 27 de agosto de 2026, às 16h00, na Rua Barão de Itapetininga, nº 18, 14º andar, Centro, São Paulo/SP, reuniu-se o **CONSELHO FISCAL** da **COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET**, por meio de videoconferência pelo Microsoft Teams, com a participação de seus membros titulares **SAMUEL RALIZE DE GODOY (Presidente)**, **FERNANDA BARBOSA GARCIA**, **HENRY YOSHINOBU YOKOYAMA** e **MARILIA ALVES BARBOUR** e contando também com a presença do Supervisor do Departamento de Governança e Relações Estatutárias - **JULIO CESAR ANGELO MARTINELLI**, que secretariou a reunião, além da Superintendente de Assuntos Jurídicos - **SABRINA RIBEIRO CARVALHO**, do Gerente de Governança Corporativa - **ANTÔNIO CARLOS VIEIRA ABRANTES**, do Gerente de Orçamento e Contabilidade - **JULIO FERNANDO CONDURSI PARANHOS DA SILVA**, do Gerente Financeiro - **MAURÍCIO OZELLO DE CARVALHO** e da Assessora do Departamento de Governança e Relações Estatutárias - **BEATRIZ BUENO CAIEIRO**. Após as apresentações, iniciaram-se os trabalhos tratando dos seguintes assuntos pautados no **PLANO DE TRABALHO: 1. ORDEM DO DIA: 1.1. Análise das demonstrações financeiras com a segregação dos efeitos das contingências judiciais sobre o resultado da Companhia.** O Gerente de Orçamento e Contabilidade apresentou, conforme **Anexo I**, a análise solicitada pelo Conselho Fiscal na reunião anterior, contemplando a segregação dos efeitos das contingências judiciais sobre os resultados da Companhia ao longo de 2026. Esclareceu que a análise comparativa evidencia a influência dessas despesas sobre o resultado acumulado do exercício, observadas as variações verificadas entre os períodos e os demais componentes que integram o resultado econômico-financeiro da Companhia. Informou, ainda, que os valores relacionados às contingências judiciais vêm apresentando redução em relação aos patamares observados nos meses anteriores. Na sequência, o Conselheiro Henry Yoshinobu Yokoyama questionou se, além das contingências judiciais, o resultado da Companhia também estaria sendo impactado pela insuficiência do orçamento de 2026 frente à evolução de seus custos. Em resposta, o Gerente esclareceu que o orçamento do exercício foi estabelecido em patamar semelhante ao do ano anterior, apesar do aumento de determinadas despesas, destacando, entre os fatores considerados, a ausência dos créditos tributários utilizados em 2025, a incidência do adicional de periculosidade durante todo o exercício de 2026 e os reajustes inflacionários dos contratos. Após os esclarecimentos, o Conselheiro Henry considerou atendida a solicitação formulada na reunião anterior. **2. EXPEDIENTE (Plano de Trabalho agosto de 2026): 2.1. Analisar o Planejamento Financeiro** - o fluxo de caixa realizado e projetado, bem como a situação geral das contas da Companhia: O Gerente Financeiro apresentou o fluxo de caixa realizado até o mês de julho e projetado para os meses subsequentes, constante do **Anexo II**, destacando os reflexos da insuficiência orçamentária sobre a disponibilidade financeira da Companhia. Informou que, no mês de julho, foram registradas receitas de R\$ [REDACTED]

cenário que exigiu o reordenamento de determinados pagamentos e a utilização temporária de recursos disponíveis para administração do fluxo de caixa. Ressaltou que as despesas com pessoal representam parcela significativa dos gastos da Companhia e que a recomposição dos recursos orçamentários é necessária para contribuir para o equilíbrio do caixa nos meses subsequentes. Na sequência, o Conselheiro Henry Yoshinobu Yokoyama questionou a elevação das despesas projetadas para o mês de agosto. Em resposta, foi esclarecido que a projeção contempla obrigações acumuladas dos meses anteriores, inclusive despesas que tiveram seus pagamentos postergados, além dos efeitos sazonais decorrentes do pagamento da primeira parcela do décimo terceiro salário, ocorrido em junho, e do Programa de Participação nos Resultados – PPR, em julho. Foi destacado que a realização dos pagamentos permanece condicionada à disponibilidade financeira da Companhia e à obtenção dos recursos orçamentários necessários. A Conselheira Fernanda Barbosa Garcia questionou, ainda, os efeitos da transição do modelo de assistência à saúde sobre o fluxo de caixa. O Gerente esclareceu que, durante o período de transição, ocorre sobreposição temporária entre despesas remanescentes do modelo anterior de autogestão, cujo faturamento possui defasagem em razão dos procedimentos de processamento e auditoria das contas médico-hospitalares, e os pagamentos referentes ao novo plano de saúde. Informou que essa sobreposição tende a diminuir progressivamente à medida que forem liquidadas as despesas residuais do modelo anterior, com expectativa de redução dos custos recorrentes após a conclusão da transição. Diante do cenário apresentado, o Presidente Samuel Ralize de Godoy reiterou a manifestação registrada na reunião anterior quanto à necessidade de adoção de medidas voltadas à racionalização dos custos e à diversificação das fontes de receita da Companhia.

2.2. Verificar a regularidade das certidões para funcionamento da empresa: O Gerente Financeiro informou que as certidões de regularidade da Companhia permanecem vigentes e em situação regular, não havendo, no período, pendências que comprometam a regularidade da CET. Em complemento, atualizou os Conselheiros acerca da questão tributária em acompanhamento junto à Procuradoria Geral do Município – PGM, esclarecendo que permanece pendente o agendamento de reunião na respectiva Câmara de Mediação para tratativas sobre a matéria. Foi informado, ainda, que a Companhia acompanha o andamento do procedimento junto às áreas competentes. Os Conselheiros tomaram ciência das informações apresentadas, não havendo questionamentos adicionais sobre o tema.

2.3. Demonstrativos Contábeis - Atualização de julho/2026: O Gerente de Orçamento e Contabilidade apresentou, conforme **Anexo I**, as demonstrações financeiras referentes ao mês de julho de 2026, informando que a Companhia registrou receita bruta de R\$

e resultado líquido negativo de R\$, resultando em prejuízo acumulado de R\$

no exercício de 2026. Na análise do Balanço Patrimonial, destacou que o Patrimônio Líquido apresentou saldo negativo de R\$

. Os efeitos das contingências judiciais sobre os resultados da Companhia foram apresentados de forma segregada, conforme tratado no item 1.1 desta Ata. Na sequência, apresentou o acompanhamento da execução orçamentária dos principais instrumentos mantidos com a Prefeitura de São Paulo. Em relação ao Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia, informou sobre a necessidade de recomposição das dotações orçamentárias para

atendimento das obrigações previstas para os próximos meses, encontrando-se em andamento as tratativas junto às Secretarias Municipais competentes. Quanto ao Convênio de Sinalização, informou que foi aprovada suplementação orçamentária de aproximadamente R\$ [REDACTED] para o mês de agosto. Para setembro, destacou que os recursos orçamentários previstos permanecem inferiores às necessidades estimadas pela área responsável pela implantação da sinalização no sistema viário, razão pela qual foram formalizadas solicitações de recursos adicionais junto à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte.

2.4. Análise de eventuais recomendações do TCM e da Auditoria Externa: O Gerente de Orçamento e Contabilidade informou que os trabalhos da Auditoria Externa referentes às demonstrações financeiras do exercício de 2025 foram concluídos, com emissão de parecer sem ressalvas. Quanto à análise pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCM, informou que a Companhia permanece aguardando manifestação daquele órgão. Os Conselheiros tomaram ciência das informações apresentadas, não havendo questionamentos adicionais sobre a matéria. **2.5. Acompanhar a elaboração do projeto de lei orçamentária anual:** O Gerente de Orçamento e Contabilidade apresentou, conforme **Anexo III**, a proposta orçamentária da Companhia para o exercício de 2027, já encaminhada à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte, no montante de R\$ [REDACTED]

[REDACTED], representando acréscimo de aproximadamente 44% em relação ao orçamento de 2026. Esclareceu que a composição das receitas mantém estrutura semelhante à do exercício anterior, com predominância dos recursos provenientes do contrato de prestação de serviços, seguidos pelos convênios e pelas receitas próprias. Em relação às despesas previstas, destacou, entre os principais fatores de variação, a modernização tecnológica da Companhia, contemplando a substituição e atualização de sistemas, bem como a previsão de incorporação ao orçamento da CET de contratos atualmente mantidos pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte – SMT, entre eles os relacionados à PRODAM e à PRODESP. Informou, ainda, que a proposta contempla a continuidade e ampliação das ações de educação de trânsito, incluindo o projeto Minicidades. Diante das informações apresentadas, o Presidente Samuel Ralize de Godoy solicitou alinhamento com a Prefeitura quanto à previsão e à respectiva fonte de recursos destinada ao custeio das ações de educação de trânsito. **3. COMUNICADOS:** **3.1.** Na Reunião de Diretoria nº 1910, que ocorreu em 12 de agosto de 2026, foi dada ciência da manifestação deste Conselho referente ao item 2.2. Receber os balancetes e demais Demonstrações Financeiras – Atualização junho 2026, devidamente registrado em Ata: O Supervisor de Governança e Relações Estatutárias registrou que, conforme consignado na Ata da Reunião de Diretoria nº 1910 da Companhia, realizada em 12 de agosto de 2026, a Diretoria Executiva tomou ciência da manifestação do Conselho Fiscal referente ao item 2.2 da Ata nº 630 – Receber os balancetes e demais Demonstrações Financeiras – Atualização junho de 2026, incluindo as recomendações formuladas pelo Colegiado, as quais foram encaminhadas à Diretoria Executiva para as providências cabíveis. Os Conselheiros tomaram ciência das informações apresentadas. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a reunião às 16h50, lavrando-se a presente Ata que, depois de lida, conferida e achada conforme, foi assinada eletronicamente por todos os membros do Conselho Fiscal (CONFIS), nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis à COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO – CET. São Paulo, 27 de agosto de 2026.

A autenticidade, a integridade e a autoria deste documento poderão

ser verificadas por meio do respectivo registro eletrônico de assinaturas mantido pela Companhia.

Classificação da Informação:
Documento Público | **Processo SEI**
nº 7410.2026/0002803-5

Disponível em: <https://www.cetsp.com.br/consultas/aceso-a-informacao/institucional/comites.aspx> &
https://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/adm_indireta/cet



Samuel Ralize de Godoy
Presidente de Conselho
Em 22/09/2026, às 18:46.



Marilia Alves Barbour
Conselheiro(a) Fiscal
Em 22/09/2026, às 19:41.



Henry Yoshinobu Yokoyama
Conselheiro(a) Fiscal
Em 23/09/2026, às 08:27.



Fernanda Barbosa Garcia
Conselheiro(a) Fiscal
Em 23/09/2026, às 18:27.



Julio Cesar Angelo Martinelli
Secretário(a) da Reunião
Em 23/09/2026, às 20:09.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **165610405** e o código
CRC **113D77F4**.

Referência: Processo nº 7410.2026/0002803-5

SEI nº 165610405